

VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS

ACORDO DE NÃO

PERSECUÇÃO

PENAL

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Carnilla Sarmpaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitas Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraidi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado, Gabriel Yeoshuah Moreira e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Vasconcellos, Vinicius Gomes de

Acordo de não persecução penal / Vinicius Gomes de Vasconcellos. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-128-8

1. Brasil. Ministério Público Federal 2. Execução (Direito) 3. Justiça criminal - Brasil 4. Persecução penal - Brasil 5. Processo penal - Brasil I. Título.

22-107442

CDU-343.1(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Não persecução penal : Processo penal : Direito penal 343.1(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. VISÃO GERAL DA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL: PREMISSAS PARA O ENFRENTAMENTO DO TEMA .....	13
1.1. Mecanismos negociais no processo penal contemporâneo: contornos atuais e propostas futuras .....	13
1.1.1. Conceitos preliminares: justiça criminal negocial, oportunidade, barganha, acordo de não persecução penal e colaboração premiada .....	13
1.1.2. A justiça criminal negocial no processo penal brasileiro: introdução à situação atual e às propostas de ampliação .....	16
1.1.3. A normativa internacional como incentivo aos mecanismos de colaboração e de consenso do imputado no processo penal .....	19
1.2. Críticas à lógica negocial no processo penal: as tensões com o devido processo legal .....	23
1.2.1. O exemplo da introdução dos mecanismos consensuais na Lei 9.099/1995: evidências empíricas que recomendam cautela .....	31
1.3. Conclusões parciais: a necessidade de limitação aos acordos na justiça criminal .....	33
2. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E NATUREZA JURÍDICA .....	37
2.1. Conceituação do ANPP e suas características fundamentais .....	37
2.2. A natureza jurídica do ANPP: negócio jurídico discricionário ou direito subjetivo do imputado? .....	40
3. REGULAÇÃO NA RESOLUÇÃO 181/2017 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	47
3.1. A criação do mecanismo, o seu regramento original e a modificação pela Resolução 183/2018 do CNMP. Debates sobre a constitucionalidade da normativa .....	47
3.2. Conflito aparente de normas após a Lei 13.964/19: a Resolução ainda está em vigência? Tabela comparativa .....	51

4.	CABIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL .....	59
4.1.	Pressupostos: verificação de cabimento do ANPP .....	60
4.1.1.	Relacionados ao fato e à imputação .....	61
	a) Pena mínima inferior a quatro anos. Consideração de majorantes e minorantes. Concurso de crimes. Crimes hediondos.....	61
	b) Fato cometido sem violência ou grave ameaça. Somente à pessoa? Cabimento em crimes culposos? .....	68
	c) Não se tratar de violência doméstica ou familiar ou por razões da condição do sexo feminino.....	70
	d) Não ser cabível transação penal .....	71
4.1.2.	Relacionados à pessoa investigada.....	72
	a) Inexistir reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo .....	72
	b) Imputado não beneficiado, nos cinco anos anteriores à infração, por outro ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo.....	77
4.1.3.	Relacionados à política criminal e à justa causa.....	79
	a) Necessidade e suficiência para reprovação e prevenção. Critério de política criminal ao Ministério Público.....	79
	b) Não for caso de arquivamento. Justa causa e condições da ação. Viabilidade da pretensão acusatória. ....	82
4.1.4.	Confissão formal e circunstancial .....	86
	a) Questões sobre a constitucionalidade do pressuposto .....	92
	b) Compartilhamento, efeitos em outras esferas e utilização em caso de rescisão do acordo.....	94
	c) Confissão como prova contra terceiros e distinções em relação à colaboração premiada.....	98
4.1.5.	Cabimento em hipóteses especiais (Justiça Militar e Eleitoral, ação penal privada, com pessoa jurídica, em competência originária) .....	101
4.2.	Requisitos de validade .....	104
4.2.1.	Voluntariedade.....	105
	a) ANPP com investigado preso .....	107
	b) ANPP com inimputável.....	109
4.2.2.	Informação.....	110
	a) Direito de acesso aos autos da investigação.....	112
	b) Assistência por defesa técnica .....	115
4.2.3.	Adequação/exatidão.....	119

5.	OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: FATOS ABRANGIDOS, CONDIÇÕES E RENÚNCIAS IMPOSTAS AO IMPUTADO.....	121
5.1.	Objeto e delimitação fática.....	125
5.2.	Condições impostas ao autor do fato.....	125
5.2.1.	Reparação do dano ou restituição da coisa à vítima.....	129
5.2.2.	Renúncia a bens ou direitos.....	132
5.2.3.	Serviço comunitário ou a entidades públicas.....	134
5.2.4.	Prestação pecuniária.....	135
5.2.5.	Outras condições indicadas pelo MP.....	135
5.2.6.	ANPP e justiça restaurativa.....	139
5.3.	Renúncias impostas ao autor do fato.....	140
5.3.1.	Renúncia ao direito ao silêncio e dever de veracidade.....	140
5.3.2.	Renúncia ao direito ao recurso e ao <i>habeas corpus</i> .....	141
5.3.3.	Outras renúncias e suas limitações necessárias: assistência técnica, exclusão de provas ilícitas, juízo natural, motivação, publicidade, acordos em bloco etc.....	143
5.4.	Possibilidade de acordos em conjunto (colaboração premiada, leniência, acordo de não persecução civil).....	146
6.	MOMENTO, NEGOCIAÇÕES E FORMALIZAÇÃO.....	149
6.1.	Proposta do ANPP: legitimados e momento.....	149
6.1.1.	ANPP em audiência de custódia.....	152
6.1.2.	ANPP durante o processo.....	155
6.1.3.	ANPP em fase recursal.....	156
6.1.4.	ANPP em fase de execução penal.....	157
6.2.	Ciência do imputado quanto à possibilidade de acordo.....	158
6.3.	Negociações: sistemática, limitações e controle.....	159
6.4.	Formalização do acordo e seu termo.....	164
6.5.	Retratação da proposta formalizada.....	165
7.	MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E CONTROLE INTERNO (ART. 28-A, § 14).....	167
7.1.	A decisão do MP sobre o ANPP: critérios e necessidade de motivação ...	167
7.2.	Comunicação da recusa ao autor do fato e prazo para requerimento de revisão ministerial.....	168
7.3.	Iniciativa e endereçamento do requerimento de revisão ministerial....	171
7.4.	Admissibilidade e procedimento do controle interno.....	173
7.4.1.	Hipótese de revisão ministerial em relação ao conteúdo do acordo (cláusulas e condições).....	177

8.	CONTROLE JUDICIAL E HOMOLOGAÇÃO.....	179
8.1.	Audiência para controle do acordo.....	179
8.2.	Decisão homologatória, natureza e efeitos.....	182
8.2.1.	Homologação parcial e anulação de cláusulas.....	184
8.2.2.	Recursos sobre a decisão homologatória.....	185
8.3.	Critérios e limites ao controle judicial: devolução às partes e não homologação.....	186
8.3.1.	Devolução às partes e ajustes.....	190
8.3.2.	Não homologação do acordo.....	192
8.3.3.	Consequências da não homologação.....	195
8.3.4.	Recursos sobre a não homologação.....	196
9.	EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO.....	197
9.1.	Competência para execução e fiscalização.....	197
9.2.	Cumprimento e extinção da punibilidade.....	199
10.	DESCUMPRIMENTO, RESCISÃO E ANULAÇÃO.....	203
10.1.	Verificação judicial em contraditório e juízo competente.....	207
10.2.	Recursos cabíveis e controle da rescisão/anulação.....	209
10.3.	Utilização da confissão em caso de rescisão/anulação.....	209
10.4.	Consequências da rescisão/anulação em relação a condições já executadas.....	210
11.	EFEITOS PARA TERCEIROS.....	213
11.1.	Valoração da confissão como prova contra terceiros.....	214
11.2.	Direito ao confronto e depoimento do imputado contra terceiros.....	215
11.3.	Impugnação de terceiros em relação ao acordo.....	217
11.4.	Participação da vítima.....	219
12.	RETROATIVIDADE E APLICAÇÃO A PROCESSOS EM CURSO.....	223
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
	REFERÊNCIAS.....	241